PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO

PROVA TIPO 2

2023

MUNICÍPIO DE MARECHAL DEODORO
Edital nº 01/2022

Cargo (Nível Superior – NS):

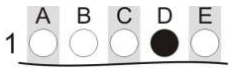
18. PROCURADOR MUNICIPAL

Provas Objetiva e Discursiva

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS E DISCURSIVAS

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este **Caderno de Questões** somente deverá ser aberto quando for autorizado pelo/a Fiscal de Sala.
2. Antes de iniciar a prova, confira se o tipo da prova do **Caderno de Questões** é o mesmo da etiqueta da banca e da **Folha de Respostas** de questões objetivas.
3. Ao ser autorizado o início da prova, verifique se a numeração das questões e a paginação estão corretas. Verifique, também, se contém **60 (sessenta)** questões objetivas com 5 (cinco) alternativas cada e **2 (duas)** questões discursivas. Caso contrário, comunique imediatamente ao/a Fiscal de Sala.
4. O tempo disponível para esta prova é de **5h (cinco horas)**. Faça-a com tranquilidade, mas **controle seu tempo**. Esse **tempo** inclui a marcação da **Folha de Respostas de questões objetivas** e as transcrições dos textos das **Folhas de Respostas Definitivas das questões discursivas**.
5. Você somente poderá sair em definitivo do Local de Prova depois de **1h30 (uma hora e trinta minutos)** do início da aplicação.
6. Nas **Folhas de Respostas** de questões objetivas e questões discursivas, confira seu nome, número do seu documento de identificação, tipo de prova e cargo escolhido. É de inteira responsabilidade do/a candidato/a verificar seus dados.
7. Em hipótese alguma, ser-lhe-ão concedidas outras **Folhas de Respostas** de questões **objetivas ou discursivas**.
8. Preencha as **Folhas de Respostas** de questões **objetivas e discursivas**, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta fabricada em material transparente. Na **Folha de Respostas** de questões objetivas, preencha completamente o círculo correspondente à alternativa escolhida, conforme o modelo:



9. Será atribuído o valor ZERO à questão que contenha na **Folha de Respostas** de questões objetivas: dupla marcação, marcação rasurada, emendada ou com "X", não preenchida totalmente ou que não tenha sido transcrita.
10. A correção da prova objetiva será efetuada de forma eletrônica, considerando-se apenas o conteúdo da **Folha de Respostas** de questões objetivas.
11. Caso a Comissão julgue uma questão da prova objetiva como sendo nula, os pontos serão atribuídos a todos/as os/as candidatos/as.
12. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva nos seguintes casos:
    a) for redigida fora dos temas propostos;
    b) não for escrita com caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
    c) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números ou palavras soltas);
    d) for escrita a lápis, em parte ou na sua totalidade;
    e) entregar as Folhas de Respostas Definitivas da Prova Discursiva em branco;
    f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; e/ou
    g) tiver qualquer identificação por parte do/a candidato/a em qualquer uma das Folhas de Respostas Definitivas da Prova Discursiva.
13. As Folhas de Respostas Definitivas da Prova Discursiva não poderão ser assinadas ou rubricadas, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que as identifique, sob pena de anulação da Prova Discursiva. A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará anulação da Prova Discursiva, sendo atribuída nota zero ao/à candidato/a.
14. Na avaliação da Prova Discursiva, serão considerados como critérios de correção:
    a) o acerto das respostas dadas e o grau de conhecimento do tema – 50% do total de pontos;
    b) a fluência e a coerência da exposição – 10% do total de pontos;
    c) aspectos textuais e linguísticos – 30% do total de pontos;
    d) a precisão da linguagem jurídica – 10% do total de pontos.
15. Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre candidatos/as.
16. Ao terminar a prova, **devolva** ao/à **Fiscal** de Sala este **Caderno de Questões**, com as **Folhas de Respostas** de questões **objetivas e questões discursivas**, e **assine a Lista de Presença**.
17. Na sala que apresentar apenas 1 (um/uma) Fiscal de Sala, os/as 3 (três) últimos/as candidatos/as somente poderão ausentar-se da sala juntos/as, após a **assinatura** da **Ata de Encerramento** de provas.
18. **Assine** este Caderno de Questões e **coloque** o número do seu documento de identificação (RG, CNH etc.).

Boa Prova!

N. do doc. de identificação (RG, CNH etc.):

Assinatura do/a candidato/a:

FUNDEPES
Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa

COPEVE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 01

Dadas as afirmativas quanto ao ato administrativo e à competência administrativa,

I. Pode-se compreender que a competência administrativa é renunciável, sendo exercida pelos órgãos administrativos a que foi atribuída, salvo nas hipóteses de delegação e avocação legalmente admitidas.

II. Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte de sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, sendo prescindíveis as circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

III. No tocante à presunção de legitimidade e de veracidade dos atos administrativos, compreende-se que os atos administrativos são presumidos verdadeiros e legais até que se prove o contrário. Assim, a administração não tem o ônus de provar que seus atos são legais e se a situação que gerou a necessidade de sua prática realmente existiu. Logo, cabe ao destinatário do ato o encargo de provar que o agente administrativo agiu ilegitimamente. Dessa forma, esses atributos estão presentes em todos os atos administrativos.

verifica-se que está/ão correta/s

A) I, II e III.
B) II e III, apenas.
C) I e II, apenas.
D) III, apenas.
E) I, apenas.

QUESTÃO 02

Dadas as afirmativas a respeito dos bens públicos e da permissão e autorização dos serviços públicos,

I. São bens públicos dominicais os que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

II. A autorização é a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

III. Tem-se por permissão como sendo o ato administrativo unilateral no qual o poder público delega ao particular a exploração de serviço público, a título precário, que pode ser revogado a qualquer tempo, nas hipóteses em que o contrato não possua prazo definido, sem a necessidade de indenização prévia pelo poder público, por exemplo, o transporte público coletivo municipal de passageiros.

verifica-se que está/ão correta/s

A) I, II e III.
B) II e III, apenas.
C) I e III, apenas.
D) II, apenas.
E) I, apenas.

QUESTÃO 03

Dadas as afirmativas relativas à teoria do órgão e ao agente público,

I. Segundo a teoria do órgão, tem-se que ela veio substituir as superadas teorias do mandato e da representação, pelas quais se pretendeu explicar como se atribuiriam ao Estado e às demais pessoas jurídicas públicas os atos das pessoas humanas que agissem em seu nome. Nesse aspecto, a teoria do órgão entende o Estado como um “organismo vivo”, o qual, por meio de seus órgãos, realiza as suas funções, tratando-se, portanto, de uma visão organicista.

II. Consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente, por eleição, por nomeação, por designação, por contratação ou por qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função, com exceção daqueles que não percebem remuneração.

III. A teoria do órgão foi escrita pelo alemão Otto Gierke, tendo como base o critério da imputação, com a compreensão de que a responsabilidade pelos atos administrativos é atribuída ao Estado, ou seja, a vontade do órgão é incumbida à pessoa jurídica a qual pertence, sendo o seu sinônimo a teoria da imputação volitiva.

verifica-se que está/ão correta/s

A) I, II e III.
B) II e III, apenas.
C) I e III, apenas.
D) II, apenas.
E) I, apenas.

QUESTÃO 04

Dadas as afirmativas referentes à prescrição, à decadência e aos atos jurídicos lícitos e ilícitos,

I. Na decadência convencional, a parte da qual se aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, bem como o juiz poderá, na sua falta, suplementá-la em face de imposição de norma de ordem pública.

II. A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e somente valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; sendo considerada tácita a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.

III. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, por negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

verifica-se que está/ão correta/s

A) I, II e III.
B) II e III, apenas.
C) I e II, apenas.
D) III, apenas.
E) I, apenas.

QUESTÃO 05

Dadas as afirmativas acerca da ação civil pública, da ação popular, do mandado de segurança e do mandado de injunção,

I. O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a dez dias úteis.

II. Cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.

III. A sentença que, julgando procedente a ação popular, decretar a invalidade do ato impugnado condenará ao pagamento de perdas e danos os responsáveis pela sua prática e os beneficiários dele, ressalvada a ação regressiva contra os funcionários causadores do dano, quando incorrerem em culpa.

IV. Sem prejuízo dos efeitos já produzidos, a decisão em mandado de injunção poderá ser reapreciada por meio da ação rescisória, a pedido da parte autora, quando sobrevierem relevantes modificações das circunstâncias de fato ou de direito.

verifica-se que está/ão correta/s

A) I, II, III e IV.
B) II, III e IV, apenas.
C) II e IV, apenas.
D) I e III, apenas.
E) I, apenas.

QUESTÃO 06

Dadas as afirmativas a respeito dos processos nos tribunais e dos meios de impugnação das decisões judiciais,

I. Caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença e no processo de execução, com exceção do processo de inventário por disposição expressa.

II. A reclamação pode ser proposta perante qualquer tribunal, e seu julgamento compete ao órgão jurisdicional, cuja competência se busca preservar ou cuja autoridade se pretenda garantir.

III. A sentença estrangeira de divórcio consensual produz efeitos no Brasil, após a respectiva homologação pelo Superior Tribunal de Justiça.

IV. As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões.

verifica-se que está/ão correta/s

A) I, II, III e IV.
B) II, III e IV, apenas.
C) II e IV, apenas.
D) I e III, apenas.
E) I, apenas.

QUESTÃO 07

Ao considerar o termo “zona urbana municipal” uma abstração definida por lei, são fatos geradores do IPTU:

I. a propriedade de bem imóvel localizado em zona urbana municipal;

II. o domínio útil de bem imóvel localizado em zona urbana municipal;

III. a posse ainda que mediante invasão de imóvel localizado em zona urbana municipal;

IV. a reversão de imóvel localizado em zona urbana municipal como a categoria de bem de uso comum do povo.

Dos itens, verifica-se que estão corretos

A) I, II, III e IV.
B) III e IV, apenas.
C) II e IV, apenas.
D) I e III, apenas.
E) I e II, apenas.

QUESTÃO 08

Dadas as afirmativas a respeito do Tribunal de Contas,

I. O Tribunal de Contas da União é integrado por onze Ministros.

II. Os Tribunais de Contas dos Estados são integrados por nove Conselheiros.

III. A organização, a composição e a fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados devem observar e aplicar, no que couber, as normas constitucionais.

IV. O Tribunal de Contas da União é responsável por auxiliar o Congresso Nacional no controle externo.

verifica-se que estão corretas

A) I e II, apenas.
B) I e III, apenas.
C) II e IV, apenas.
D) III e IV, apenas.
E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 09

Sobre o conceito de ordem econômica no Brasil, é correto afirmar que tal concepção

A) traduz-se em um conjunto de princípios e de regras que estruturam e organizam a atividade econômica de uma sociedade.

B) a chamada nova ordem econômica fez o Brasil repudiar a livre iniciativa.

C) a ordem e o sistema econômico são sinônimos, por definição.

D) não se relaciona à organização da estrutura econômica do Estado.

E) independe do funcionamento da estrutura econômica do país.

QUESTÃO 10

Dadas as afirmativas acerca da educação, da cultura e do desporto,

I. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

II. O Poder Judiciário somente admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas depois de se esgotarem as instâncias da justiça desportiva, que terá o prazo máximo de noventa dias, contados da instauração do processo, para proferir a decisão final.

III. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma centralizada e participativa, institui um processo de gestão e de promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

verifica-se que está/ão correta/s

A) I, II e III.

B) II e III, apenas.

C) I e III, apenas.

D) II, apenas.

E) I, apenas.

QUESTÃO 11

Dadas as afirmativas referentes ao meio ambiente e à política urbana,

I. O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

II. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

III. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

IV. A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

verifica-se que estão corretas

A) I, II, III e IV.

B) II e IV, apenas.

C) II e III, apenas.

D) I e IV, apenas.

E) I e III, apenas.

QUESTÃO 12

O empregado A foi contratado e mantinha relação de emprego com a empresa X. A empresa X foi alienada, sem fraude, totalmente, para a empresa Y, que passou a explorar a atividade econômica desenvolvida pela empresa X, sem solução de continuidade do vínculo de emprego com o empregado A. Considerando a situação hipotética, é correto afirmar que

A) a mera identidade de sócios entre a empresa X e a empresa Y seria suficiente para caracterizar o grupo econômico entre as empresas, sendo, portanto, ambas responsáveis, solidariamente, pelas obrigações decorrentes da relação de emprego.

B) a alteração da propriedade da empresa não afetará o contrato de trabalho do empregado, o qual conservará os direitos trabalhistas obtidos à época em que trabalhava para a empresa sucedida, sendo da sucessora, todavia, a responsabilidade pelas obrigações trabalhistas contraídas pela sucedida.

C) o sócio retirante da empresa Y responde subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente se o empregado A ajuizar ação até três anos depois de averbada a modificação do contrato, observada a ordem de preferência legal.

D) a alteração da propriedade da empresa não afetará o contrato de trabalho do empregado, o qual conservará os direitos trabalhistas obtidos à época em que trabalhava para a empresa sucedida, sendo solidária a responsabilidade das empresas sucedida e sucessora pelas obrigações trabalhistas contraídas pela sucedida.

E) a alteração da propriedade da empresa não afetará o contrato de trabalho do empregado, o qual conservará os direitos trabalhistas obtidos à época em que trabalhava para a empresa sucedida, sendo da sucessora, todavia, a responsabilidade pelas obrigações trabalhistas contraídas pela sucedida, a qual, por sua vez, responde subsidiariamente.

QUESTÃO 13

Em 2020, um empresário recebeu uma notificação do Fisco Municipal, negando seu pedido de restituição de indébito tributário. Neste ano de 2023, ele resolveu entrar com uma ação anulatória da decisão administrativa que denegou repetição de indébito. Nessa hipótese, é correto afirmar que o direito de ingressar com uma ação anulatória da decisão administrativa é de

A) cinco anos, a contar da notificação da decisão administrativa.

B) dois anos, a contar da notificação da extinção do crédito tributário.

C) dois anos, a contar da notificação da decisão administrativa.

D) cinco anos, a contar da extinção do crédito tributário.

E) dois anos, a contar da extinção do crédito tributário.

QUESTÃO 14

Dadas as afirmativas acerca do trabalho temporário e do contrato de trabalho,

I. Trabalho temporário é aquele prestado por pessoa física contratada por uma empresa de trabalho temporário que a coloca à disposição de uma empresa tomadora de serviços, para atender à necessidade de substituição transitória de pessoal permanente ou à demanda complementar de serviços, entendida esta última como a que seja oriunda de fatores imprevisíveis ou, quando decorrente de fatores previsíveis, tenha natureza intermitente, periódica ou sazonal, como para a substituição de trabalhadores em greve.

II. O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere, automaticamente, ao poder público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

III. A contratação de servidor público, após a Constituição Federal de 1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no art. 37, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, sendo indevidos quaisquer valores referentes aos depósitos do FGTS.

verifica-se que está/ão correta/s

A) II, apenas.
B) III, apenas.
C) I e II, apenas.
D) I e III, apenas.
E) I, II e III.

QUESTÃO 15

Dadas as afirmativas quanto às partes, aos procuradores, à representação, à assistência, à substituição processual e ao litisconsórcio,

I. A contagem de prazo em dobro aos litisconsortes que tiverem diferentes procuradores não se aplica ao processo do trabalho, em razão de incompatibilidade com a celeridade que lhe é inerente.

II. Na Justiça do Trabalho, o *jus postulandi* das partes, estabelecido na CLT, é amplo e abrangente, de modo que empregados e empregadores poderão reclamar, pessoalmente, perante a Justiça do Trabalho, em dissídios individuais e coletivos, e acompanhar as suas reclamações até o fim, inclusive alcançando as ações rescisórias, as ações cautelares, os mandados de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.

III. Os procuradores estaduais e municipais poderão representar as respectivas autarquias e fundações públicas em juízo, ainda que não estejam designados pela lei da respectiva unidade da federação ou investidos de instrumento de mandato válido.

verifica-se que está/ão correta/s

A) I, II e III.
B) II e III, apenas.
C) I e II, apenas.
D) III, apenas.
E) I, apenas.

QUESTÃO 16

O empregado A foi contratado em regime de tempo parcial para uma jornada de trabalho semanal de vinte e cinco horas, distribuídas em cinco horas diárias em cinco dias da semana. Considerando-se a situação hipotética, dadas as afirmativas,

I. O salário a ser pago ao empregado A será proporcional à sua jornada, em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral.

II. A duração da jornada de trabalho do empregado A poderá ser acrescida de até seis horas suplementares semanais, que serão pagas com um acréscimo de 50% sobre o salário-hora normal, ou compensadas diretamente até a semana imediatamente posterior à da sua execução, devendo ser feita a sua quitação na folha de pagamento do mês subsequente, caso não sejam compensadas.

III. O empregado A, após o período de doze meses de vigência do contrato de trabalho, terá direito a férias de trinta dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de cinco vezes, vedada, contudo, a conversão de um terço do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário.

IV. Ao empregado A, será obrigatória a concessão de um intervalo para repouso e para alimentação de, no mínimo, uma hora, cuja não concessão ou a concessão parcial implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

verifica-se que está/ão correta/s

A) I, II, III e IV.
B) II, III e IV, apenas.
C) III e IV, apenas.
D) I e II, apenas.
E) I, apenas.

QUESTÃO 17

Dadas as afirmativas relativas aos atos unilaterais,

I. Se o pagamento indevido tiver consistido no desempenho de obrigação de fazer ou para eximir-se da obrigação de não fazer, aquele que recebeu a prestação não fica na obrigação de indenizar o que a cumpriu.

II. Aquele que, por anúncios públicos, se comprometer a recompensar, ou gratificar, a quem preencha certa condição, ou desempenhe certo serviço contrai obrigação de cumprir o prometido.

III. Na gestão de negócios, o gestor envidará toda sua diligência habitual na administração do negócio, ressarcindo ao dono o prejuízo resultante de qualquer culpa na gestão.

IV. A restituição é devida, nos casos de enriquecimento sem causa, não só quando não tenha havido causa que justifique o enriquecimento, mas também será prescindível, ainda que esta tenha deixado de existir.

verifica-se que estão corretas apenas

A) I e II.
B) I e IV.
C) II e III.
D) I, III e IV.
E) II, III e IV.

QUESTÃO 18

Dadas as afirmativas acerca da obrigação tributária,

I. Os tomadores de serviços são contribuintes diretos.

II. A emissão de notas fiscais de serviços corresponde a uma obrigação principal.

III. Obrigações acessórias não podem ser também instituídas por atos infralegais.

IV. As convenções particulares não podem ser opostas à Fazenda Pública para modificar o sujeito passivo.

verifica-se que está/ão correta/s

A) I, II, III e IV.

B) II, III e IV, apenas.

C) I e III, apenas.

D) I e II, apenas.

E) IV, apenas.

QUESTÃO 19

De acordo com a Constituição Federal de 1988 e as leis específicas, o tributo não sujeito à anterioridade nonagesimal (noventena) e, ao mesmo tempo, não sujeito à anualidade do exercício fiscal é o/a

A) alíquota de IPTU.

B) alíquota de IPVA.

C) alíquota de IOF.

D) ISS.

E) ITR.

QUESTÃO 20

Dadas as afirmativas relativas à responsabilidade civil,

I. A responsabilidade civil é independente da criminal, em que se poderá questionar sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, mesmo quando esses assuntos se acharem decididos no juízo criminal.

II. O credor que demandar o devedor antes de vencida a dívida, fora dos casos em que a lei o permita, ficará obrigado a esperar o tempo que faltava para o vencimento, a descontar os juros correspondentes, embora estipulados, e a pagar as custas em dobro.

III. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de dolo, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

IV. Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressalvar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição.

verifica-se que estão corretas apenas

A) I, III e IV.

B) I, II e III.

C) II e IV.

D) II e III.

E) I e IV.

QUESTÃO 21

Dadas as afirmativas relativas ao *habeas data*, à reclamação, à suspensão de segurança e à suspensão de liminar,

I. Na reclamação que não houver formulado, o Ministério Público terá vista do processo, por quinze dias, após o decurso do prazo para informações, e para o oferecimento da contestação pelo beneficiário do ato impugnado.

II. Os processos de *habeas data* terão prioridade sobre todos os atos judiciais, exceto os de *habeas corpus* e os de mandado de segurança. Na instância superior, deverão ser levados a julgamento na primeira sessão que se seguir à data em que, feita a distribuição, forem conclusos ao relator.

III. As autoridades administrativas, no prazo de vinte e quatro horas da notificação da medida liminar, remeterão ao Ministério ou ao órgão a que se acham subordinadas e ao Advogado-Geral da União ou a quem tiver a representação judicial da União, do Estado, do Município ou da entidade apontada como coatora cópia autenticada do mandado notificatório, assim como indicações e elementos outros necessários às providências a serem tomadas para a eventual suspensão da medida e da defesa do ato apontado como ilegal ou abusivo de poder.

IV. As liminares cujos objetos sejam idênticos poderão ser suspensas em uma única decisão, podendo o Presidente do Tribunal estender os efeitos da suspensão a liminares supervenientes, mediante simples aditamento do pedido original.

verifica-se que estão corretas apenas

A) II, III e IV.

B) I, III e IV.

C) II e IV.

D) I e III.

E) I e II.

QUESTÃO 22

Dadas as afirmativas acerca da contagem do tempo de contribuição,

I. A contagem recíproca do tempo possibilita a transferência de um período trabalhado de um regime de previdência para outro.

II. A contagem recíproca do tempo não permite a transferência do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para outros regimes de previdência.

III. A Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) é o documento que permite a transferência do tempo de contribuição.

verifica-se que está/ão correta/s apenas

A) II e III.

B) I e III.

C) III.

D) II.

E) I.

QUESTÃO 23

Dadas as afirmativas acerca da coisa julgada, da execução contra a Fazenda Pública e da execução fiscal,

I. Considera-se também inexigível a obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação de lei ou do ato normativo tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso.

II. Fazem coisa julgada os motivos que determinaram o alcance da parte dispositiva da sentença, bem como a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.

III. A produção de provas pela Fazenda Pública depende de requerimento na petição inicial, sob pena de preclusão.

IV. Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento da Dívida Ativa da Fazenda Pública a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declara absolutamente impenhoráveis.

verifica-se que está/ão correta/s

A) I, II, III e IV.

B) II, III e IV, apenas.

C) II e III, apenas.

D) I e IV, apenas.

E) I, apenas.

QUESTÃO 24

O orçamento da seguridade social, no âmbito federal, é composto, sem prejuízo de outras fontes, das receitas

A) repassadas por contribuições a outros entes federativos (Estados, Municípios e Distrito Federal).

B) de contribuições sociais incidentes sobre a receita de qualquer tipo de concurso público.

C) de contribuições sociais das empresas ainda não creditadas aos segurados.

D) de contribuições sociais dos empregados domésticos.

E) advindas de previdências privadas complementares.

QUESTÃO 25

Em 2022, José, 62 anos, foi diagnosticado por médico do SUS com depressão grave, permanente e incapacitante, motivo que o levou a requerer um benefício junto ao INSS. Considerando essas informações, assinale a alternativa que apresenta o tipo de benefício que o direito brasileiro permite concessão no caso de José.

A) Benefício de Prestação Continuada (BPC).

B) Aposentadoria por invalidez permanente.

C) Aposentadoria por invalidez temporária.

D) Aposentadoria por idade.

E) Aposentadoria especial.

QUESTÃO 26

O Município X concedeu autorização a um particular A para a instalação de uma banca de salgados em um determinado espaço público, sem qualquer ônus ou prazo estabelecido inicialmente, vindo, posteriormente, a extinguir essa autorização por entender que a ocupação do espaço público em questão teria deixado de ser oportuno e conveniente ao interesse público. O mesmo Município X concedeu uma licença a um particular B para a construção e o funcionamento de um estabelecimento comercial em determinada área da cidade, observando, pouco tempo depois da concessão da licença, que o particular B não teria atendido a todas as exigências da lei e, por isso, extinguiu o ato administrativo que concedeu a respectiva licença. Considerando a situação hipotética, é correto afirmar que

A) a autorização concedida ao particular A é ato administrativo discricionário, precário, gratuito, simples, com efeito constitutivo, formalizado mediante alvará e cuja extinção se deu por revogação com efeitos *ex nunc*. A licença concedida ao particular B é ato administrativo vinculado, concreto, com efeito declaratório, formalizado mediante alvará e cuja extinção se deu por invalidação com efeitos *ex tunc*.

B) a autorização concedida ao particular A é ato administrativo vinculado, concreto, com efeito declaratório, formalizado mediante despacho e cuja extinção se deu por cassação com efeitos *ex tunc*. A licença concedida ao particular B é ato administrativo discricionário, precário, gratuito, simples, com efeito constitutivo, formalizado mediante decreto e cuja extinção se deu por caducidade com efeitos *ex nunc*.

C) a autorização concedida ao particular A é ato administrativo vinculado, concreto, com efeito declaratório, formalizado mediante alvará e cuja extinção se deu por invalidação com efeitos *ex tunc*. A licença concedida ao particular B é ato administrativo discricionário, precário, gratuito, simples, com efeito constitutivo, formalizado mediante alvará e cuja extinção se deu por revogação com efeitos *ex nunc*.

D) a autorização concedida ao particular A é ato administrativo vinculado, concreto, com efeito constitutivo, formalizado mediante alvará e cuja extinção se deu por revogação com efeitos *ex nunc*. A licença concedida ao particular B é ato administrativo discricionário, precário, gratuito, simples, com efeito constitutivo, formalizado mediante ordem de serviço e cuja extinção se deu por revogação com efeitos *ex nunc*.

E) a autorização concedida ao particular A é ato administrativo discricionário, precário, gratuito, simples, com efeito constitutivo, formalizado mediante decreto e cuja extinção se deu por caducidade com efeitos *ex nunc*. A licença concedida ao particular B é ato administrativo vinculado, concreto, com efeito declaratório, formalizado mediante despacho e cuja extinção se deu por cassação com efeitos *ex tunc*.

QUESTÃO 27

Dadas as afirmativas referentes ao poder de polícia e a desapropriação,

I. Considera-se poder de polícia a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de prescindir o interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do poder público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

II. Os bens desapropriados para fins de utilidade pública e os direitos decorrentes da respectiva imissão na posse poderão ser alienados a terceiros, locados, cedidos, arrendados, outorgados em regimes de concessão de direito real de uso, de concessão comum ou de parceria público-privada e, ainda, transferidos como integralização de fundos de investimento ou sociedades de propósito específico.

III. A desapropriação poderá abranger a área contígua necessária ao desenvolvimento da obra a que se destina, e as zonas que se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização do serviço. Em qualquer caso, a declaração de utilidade pública deverá compreendê-las, mencionando-se quais as indispensáveis à continuação da obra e as que se destinam à revenda.

verifica-se que está/ão correta/s

A) I, II e III.
B) II e III, apenas.
C) I e II, apenas.
D) III, apenas.
E) I, apenas.

QUESTÃO 28

Dadas as afirmativas relativas à formação, à suspensão, à extinção do processo e aos honorários advocatícios,

I. Considera-se proposta a ação quando a petição inicial for protocolada, todavia, a propositura da ação somente produz quanto ao réu os efeitos depois que for validamente citado.

II. Serão devidos honorários advocatícios no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnada.

III. Antes de proferir decisão sem resolução de mérito, o juiz poderá conceder à parte a oportunidade para, se possível, corrigir o vício.

IV. Falecido o réu, o juiz ordenará a intimação do autor para que promova a citação do respectivo espólio, de quem for o sucessor ou, se for o caso, dos herdeiros, no prazo que designar, de, no mínimo, dois meses e, no máximo, seis meses.

verifica-se que estão corretas apenas

A) II, III e IV.
B) I, III e IV.
C) II e III.
D) I e IV.
E) I e II.

QUESTÃO 29

O Município X verificou que o proprietário de um determinado terreno em uma área da cidade incluída em seu plano diretor não estava aproveitando, adequadamente, o solo urbano de que é proprietário, deixando-o não edificado, subutilizado ou não utilizado. A partir dessa constatação, o Município X passou a exigir do proprietário do respectivo solo urbano que promovesse o seu adequado aproveitamento.

Considerando a situação hipotética e supondo que o proprietário do solo em questão permaneceu inerte em face dessa exigência, é correto afirmar que o ente público municipal poderia adotar a/s medida/s:

A) a desapropriação indireta ou o apossamento administrativo da propriedade urbana como sanção pela inobservância de sua função social, em atenção às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, com o pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pela Câmara Municipal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

B) sucessivamente, o parcelamento ou a edificação compulsórios; o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; e a desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

C) alternativamente, o parcelamento ou a edificação compulsórios; o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; ou a desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

D) após cinco anos de cobrança de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo, poderá desapropriar o imóvel, com pagamento do valor real da indenização em dinheiro, computadas expectativas de ganhos, de lucros cessantes e de juros compensatórios.

E) a desapropriação direta da propriedade urbana com prévia e justa indenização em dinheiro, para o cumprimento de sua função social em atenção às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

QUESTÃO 30

De acordo com a Lei nº 1.434/2022, que institui o regime de previdência complementar no âmbito do Município de Marechal Deodoro, o valor do aporte inicial feito pelo Município para atender, apenas, às despesas decorrentes da adesão ao plano de benefício previdenciário, por meio de créditos adicionais, compreende o limite de

A) R$ 1.000.000,00.
B) R$ 500.000,00.
C) R$ 300.000,00.
D) R$ 200.000,00.
E) R$ 100.000,00.

QUESTÃO 31

Em um determinado Acordo Coletivo de Trabalho, foi pactuada a instituição de banco de horas anual, a redução do intervalo intrajornada de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas, a modalidade de registro de jornada de trabalho e a troca dos dias de feriados. Já em uma determinada Convenção Coletiva de Trabalho, foi pactuada a supressão da indenização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e da remuneração do trabalho noturno superior à do diurno, além da redução do número de dias de férias devidas ao empregado. Considerando a situação hipotética, é correto afirmar que

A) o Acordo Coletivo de Trabalho é válido e tem prevalência sobre a lei, ainda que pactuados limites e afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente de explicitação específica de vantagens compensatórias, pois foram respeitados os direitos absolutamente indisponíveis. Já a Convenção Coletiva de Trabalho é inválida, por constituir cláusulas com objeto ilícito, na medida em que suprime ou reduz direitos absolutamente indisponíveis.

B) o Acordo Coletivo de Trabalho é inválido por constituir cláusulas com objeto ilícito, na medida em que suprime ou reduz direitos absolutamente indisponíveis. Já a Convenção Coletiva de Trabalho é válida e tem prevalência sobre a lei, ainda que pactuados limites e afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente de explicitação específica de vantagens compensatórias, pois foram respeitados os direitos absolutamente indisponíveis.

C) tanto o Acordo Coletivo de Trabalho quanto a Convenção Coletiva de Trabalho são válidos e têm prevalência sobre a lei, ainda que pactuados limites e afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente de explicitação específica de vantagens compensatórias, pois foram respeitados os direitos absolutamente indisponíveis.

D) tanto o Acordo Coletivo de Trabalho quanto a Convenção Coletiva de Trabalho são inválidos e inconstitucionais, uma vez que foram pactuados limites e afastamentos de direitos trabalhistas, sem a explicitação específica de vantagens compensatórias, desrespeitando os direitos absolutamente indisponíveis.

E) ambos os instrumentos coletivos de trabalho pactuados não podem estipular duração superior a dois anos, embora seja permitida a ultratividade.

QUESTÃO 32

O empregado A desempenhava suas atividades laborais em um ambiente de trabalho sujeito a agentes insalubres, e, em razão disso, recebia o respectivo adicional de insalubridade junto ao seu salário-base. Acontece que o seu empregador decidiu mudá-lo de setor, de maneira que o empregado A deixou de exercer atividades laborais em ambiente insalubre e, em razão disso, seu empregador deixou de lhe pagar o respectivo adicional de insalubridade.

Considerando a situação hipotética, é correto afirmar que

A) a conduta do empregador de alterar o setor de trabalho do empregado A com a correspondente cessação do pagamento do adicional de insalubridade constitui alteração contratual lícita, uma vez que se encontra dentro de seu *jus variandi*, e o adicional de insalubridade constitui espécie de salário, condição paga em razão de circunstância tipificada que pode desaparecer ao longo do contrato, ensejando o desaparecimento da respectiva verba remuneratória.

B) a conduta do empregador de alterar o setor de trabalho do empregado A constitui alteração contratual lícita, uma vez que se encontra dentro de seu *jus variandi*; entretanto, a cessação do pagamento do adicional de insalubridade viola direito adquirido do empregado A, visto que a parcela em questão já estava incorporada em seu patrimônio jurídico, sendo, pois, ilícita a sua exclusão.

C) a conduta do empregador de alterar o setor de trabalho do empregado A com a correspondente cessação do pagamento do adicional de insalubridade constitui alteração contratual lícita, uma vez que se encontra dentro de seu *jus variandi*; e o adicional de insalubridade não possui natureza salarial, e, portanto, não está resguardado pela garantia da irredutibilidade salarial.

D) a conduta do empregador de alterar o setor de trabalho do empregado A com a correspondente cessação do pagamento do adicional de insalubridade constitui alteração contratual ilícita, uma vez que ocorreu sem mútuo consentimento e resultou diretamente em prejuízos ao empregado A, restando nula de pleno direito tal alteração contratual.

E) a conduta do empregador de alterar o setor de trabalho do empregado A com a correspondente cessação do pagamento do adicional de insalubridade constitui alteração contratual ilícita, uma vez que o adicional de insalubridade possui natureza salarial e, portanto, está resguardado pela garantia da irredutibilidade salarial.

QUESTÃO 33

O empregado A ajuizou ação trabalhista em face da empresa B e do Município C, postulando a condenação da empresa B ao pagamento de verbas rescisórias, de horas extras e do FGTS; e a responsabilidade subsidiária do Município C, atribuindo à causa o valor de vinte salários mínimos. A empresa B apresentou defesa reconhecendo a inadimplência das verbas rescisórias, mas negando a realização de horas extraordinárias e afirmando ter feito o recolhimento do FGTS, sem juntar qualquer documento probatório a sua defesa. O Município C apresentou defesa refutando a sua responsabilidade subsidiária, indicando que contratou a empresa B mediante regular licitação e que fiscalizou o cumprimento do respectivo contrato de prestação de serviços firmado com a empresa B, juntando os documentos correspondentes ao processo licitatório e ao acompanhamento da execução do contrato com a aplicação de penalidades, em razão do descumprimento de obrigações trabalhistas dos empregados vinculados ao contrato de terceirização. Em audiência una, o empregado A não impugnou os documentos apresentados pelo Município C, o qual, por sua vez, não apresentou testemunhas, tendo o juízo ouvido apenas o depoimento de duas testemunhas apresentadas pela empresa B para comprovar a inexistência de jornada extraordinária e indeferido a oitiva de uma testemunha por parte do empregado A para comprovar a inadimplência das verbas rescisórias e a ausência do recolhimento do FGTS. Encerrou-se a instrução, tendo as partes apresentado suas razões finais remissivas, sem que fosse consignado qualquer protesto por nulidade processual. Dadas as afirmativas quanto ao caso hipotético,

I. O processo tramitou sob o procedimento sumaríssimo, uma vez que o valor da causa não excedeu a quarenta salários mínimos, devendo o pedido ser certo ou determinado com a indicação do valor correspondente, não sendo possível a citação por edital e sendo permitida a apresentação de até três testemunhas para cada parte.

II. Tendo o Município C apresentado prova documental, comprovando a regularidade da contratação da empresa B e a efetiva fiscalização da execução do respectivo contrato quanto às obrigações trabalhistas correspondentes, incumbia ao empregado A impugnar tal prova documental e apresentar prova em sentido contrário, com a finalidade de infirmar a presunção de veracidade da prova documental apresentada pelo Município C.

III. O juízo condutor da audiência não cerceou o direito de defesa do empregado A ao indeferir a oitiva de sua testemunha, porquanto os fatos que se pretendiam provar eram objeto de confissão pela parte contrária e somente por documento poderiam ser provados.

IV. O juízo condutor agiu corretamente ao deferir a oitiva das testemunhas da empresa B para a prova da jornada de trabalho do empregado A, não obstante a ausência de cartões de ponto juntados a sua defesa, mas incorreu em erro processual ao indeferir a oitiva da testemunha indicada pelo empregado A, sendo permitido a este postular a nulidade do ato processual em questão e dos que se seguirem por cerceamento do direito de defesa, apesar de ter se silenciado na primeira vez em que lhe foi permitido falar em audiência.

verifica-se que estão corretas apenas

A) I, II e III.
B) II e IV.
C) II e III.
D) I e IV.
E) I e III.

QUESTÃO 34

Acerca do dissídio coletivo, assinale a alternativa correta.

A) Os dissídios coletivos podem ser de natureza econômica, para a instituição de normas e de condições de trabalho, ou de natureza jurídica, quando destinados a reavaliar normas e condições coletivas de trabalho preexistentes que se hajam tornado injustas ou ineficazes pela modificação das circunstâncias que as ditaram.

B) Segundo o Supremo Tribunal Federal, a exigência de comum acordo para o ajuizamento de dissídio coletivo de natureza econômica é inconstitucional por violar o direito constitucional da inafastabilidade da tutela jurisdicional aos entes sindicais representativos das categorias profissionais ou econômicas.

C) A competência funcional para o julgamento dos dissídios coletivos é da Vara do Trabalho, quando de abrangência local, do Tribunal Regional do Trabalho, quando de abrangência regional, ou do Tribunal Superior do Trabalho, quando de abrangência nacional.

D) A sentença normativa proferida em dissídio coletivo, por não ter carga condenatória, não comporta execução, de maneira que o não cumprimento espontâneo da decisão rende ensejo à propositura da ação de cumprimento.

E) A legitimidade para ajuizamento de dissídio coletivo é exclusiva das entidades sindicais das categorias envolvidas.

QUESTÃO 35

Dadas as afirmativas a respeito da exceção de pré-executividade,

I. O prazo da exceção de pré-executividade é peremptório em cinco anos, a contar da autuação da execução fiscal.

II. A exceção de pré-executividade não pode ser pedida, quando a ação correspondente se encontra transitada em julgado.

III. Para a exceção de pré-executividade, é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz.

IV. A exceção de pré-executividade é admissível em execuções fiscais relativas a matérias que demandem dilação probatória.

verifica-se que estão corretas

A) I, II, III e IV.
B) III e IV, apenas.
C) II e III, apenas.
D) I e IV, apenas.
E) I e II, apenas.

QUESTÃO 36

O pedido de anulação de débito fiscal pode ocorrer sob certas condições. Nesse contexto, dadas as condições,

I. Não pode ter se iniciado antes da execução fiscal.

II. Serve para modificar o teor do lançamento tributário.

III. Deve a parte interessada protocolar depósito prévio.

IV. Não pode ocorrer em face de dívida ativa inscrita ou de cobrança judicial iniciada.

verifica-se que está/ão correta/s

A) I, II, III e IV.

B) I, III e IV, apenas.

C) III e IV, apenas.

D) I e II, apenas.

E) II, apenas.

QUESTÃO 37

A empresa GTX Ltda, criada em 2020, com sede em Marechal Deodoro-AL, tinha como atividade preponderante o arrendamento mercantil. Em 2022, a GTX Ltda foi fundida a GHM SA, com atividade industrial como preponderante, e todos os terrenos localizados na cidade de Marechal Deodoro que pertenciam à primeira empresa passaram a integrar o patrimônio da última. Com base nessa situação hipotética e nas regras de incidência e de recolhimento do imposto sobre transmissão de bens imóveis, é correto afirmar que o Fisco Municipal

A) somente poderá exigir o imposto na hipótese de incidência sobre a empresa adquirida, devido a sua atividade preponderante ser o arrendamento mercantil.

B) não poderá exigir o imposto devido a não incidência desse nas fusões, na qual o adquirente não tenha atividade negocial imobiliária preponderante.

C) não poderá exigir o imposto na operação de fusão descrita, apenas porque o adquirente possui atividade preponderantemente industrial.

D) somente poderá exigir o imposto da empresa adquirente, que é a contribuinte direta, mas não da empresa adquirida, que é contribuinte indireta.

E) não poderá exigir o imposto em nenhum tipo de operação de fusão, de cisão ou de extinção empresarial.

QUESTÃO 38

A tarifa de transporte público, dentro do Município, é um exemplo de

A) receita pública de capital.

B) taxa de serviço.

C) preço público.

D) dívida ativa.

E) imposto.

QUESTÃO 39

Dadas as afirmativas a respeito do direito de família e do direito sucessório,

I. A declaração de vacância da herança não prejudicará os herdeiros que legalmente se habilitarem; mas, decorridos cinco anos da abertura da sucessão, os bens arrecadados passarão ao domínio do Município ou do Distrito Federal, se localizados nas respectivas circunscrições, incorporando-se ao domínio da União quando situados em território federal.

II. O registro civil do casamento religioso deverá ser promovido dentro de sessenta dias de sua realização, mediante comunicação do celebrante ao ofício competente, ou por iniciativa de qualquer interessado, desde que haja sido homologada previamente a habilitação regulada no Código Civil. Após o referido prazo, o registro dependerá de nova habilitação.

III. São herdeiros necessários os descendentes, os ascendentes, os colaterais e o cônjuge.

IV. Os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

verifica-se que estão corretas apenas

A) I e IV.

B) II e III.

C) III e IV.

D) I, II e III.

E) I, II e IV.

QUESTÃO 40

Dadas as afirmativas referentes ao direito das obrigações e aos registros públicos,

I. Quando a escolha couber ao credor e uma das prestações tornar-se impossível por culpa do devedor, o credor terá direito de exigir a prestação subsistente ou o valor da outra, com perdas e danos; se, por culpa do devedor, ambas as prestações se tornarem inexequíveis, poderá o credor reclamar o valor de qualquer das duas, além da indenização por perdas e danos.

II. O desmembramento territorial posterior ao registro exige sua repetição em novo cartório.

III. A certidão da situação jurídica atualizada do imóvel compreende as informações vigentes de sua descrição, número de contribuinte, proprietário, direitos, ônus e restrições, judiciais e administrativas, incidentes sobre o imóvel e o respectivo titular, além das demais informações necessárias à comprovação da propriedade e à transmissão e à constituição de outros direitos reais.

IV. Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, perder-se antes da tradição, sofrerá o credor a perda, e a obrigação, portanto, resolver-se-á peremptoriamente.

verifica-se que estão corretas apenas

A) I, III e IV.

B) I, II e IV.

C) II e IV.

D) II e III.

E) I e III.

QUESTÃO 41

Dadas as afirmativas acerca dos bens e do bem de família,

I. A impenhorabilidade do bem de família compreende o imóvel sobre o qual se assentam a construção, as plantações, as benfeitorias de qualquer natureza e todos os equipamentos, inclusive os de uso profissional, ou móveis que guarnecem a casa, desde que quitados.

II. Podem os cônjuges, ou a entidade familiar, mediante escritura pública ou testamento, destinar parte de seu patrimônio para instituir bem de família, desde que não ultrapasse um terço do patrimônio líquido existente ao tempo da instituição, mantidas as regras sobre a impenhorabilidade do imóvel residencial estabelecida em lei especial.

III. São pertenças os bens que, constituindo partes integrantes, destinam-se, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.

verifica-se que está/ão correta/s

A) I, II e III.
B) II e III, apenas.
C) I e II, apenas.
D) III, apenas.
E) I, apenas.

QUESTÃO 42

Dadas as afirmativas a respeito dos atos processuais, da tutela provisória e da suspensão de antecipação de tutela,

I. A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, no prazo do recurso de agravo de instrumento à instância superior, ser revogada, modificada ou revista, bem como cessar os seus efeitos, se não for efetivada dentro de trinta dias.

II. O indeferimento da tutela cautelar não obsta que a parte formule o pedido principal, vez que influi no julgamento desse, salvo se o motivo do indeferimento for o reconhecimento de decadência ou de prescrição.

III. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.

IV. Os atos processuais praticados por meio eletrônico até a transição definitiva para a certificação digital ficam convalidados, ainda que não tenham observado os requisitos mínimos estabelecidos pelo Código de Processo Civil, desde que tenham atingido sua finalidade e não tenha havido prejuízo à defesa de qualquer das partes.

verifica-se que está/ão correta/s

A) I, II, III e IV.
B) I, II e IV, apenas.
C) III e IV, apenas.
D) II e III, apenas.
E) I, apenas.

QUESTÃO 43

Dadas as afirmativas referentes aos procedimentos especiais e ao processo de execução,

I. Se o objeto da prestação for coisa indeterminada e a escolha couber ao credor, será este citado para exercer o direito dentro de cinco dias, se outro prazo não constar de lei ou do contrato, ou para aceitar que o devedor a faça, devendo o juiz, ao despachar a petição inicial, fixar lugar, dia e hora em que se fará a entrega, sob pena de depósito.

II. Se a execução tiver por objeto obrigação de que seja sujeito passivo o proprietário de terreno submetido ao regime do direito de superfície, ou o superficiário, responderá pela dívida, exclusivamente, o direito real do qual é titular o executado, recaindo a penhora ou outros atos de constrição, exclusivamente, sobre o terreno, e não sobre a construção ou a plantação.

III. Tratando-se de prestações sucessivas, consignada uma delas, pode o devedor continuar a depositar, no mesmo processo e sem mais formalidades, as que se forem vencendo, desde que o faça em até cinco dias contados da data do respectivo vencimento.

IV. O executado poderá eximir-se da obrigação, depositando em juízo a prestação ou a coisa, caso em que o juiz permitirá que o credor a receba, sendo-lhe prescindível cumprir a contraprestação que lhe tocar.

verifica-se que estão corretas apenas

A) I e III.
B) II e IV.
C) III e IV.
D) I, II e III.
E) I, II e IV.

QUESTÃO 44

Dadas as afirmativas acerca da liquidação de sentença,

I. Na liquidação, não se poderá modificar, ou inovar, a sentença liquidanda; contudo, poder-se-á discutir a matéria pertinente à causa principal, quando evidenciado violação literal de lei ou afronta a entendimento sumulado de tribunal superior.

II. Sendo ilíquida a sentença exequenda, ordenar-se-á, previamente, a sua liquidação, que deverá ser feita, necessariamente, por cálculo.

III. Elaborada a conta e tornada líquida, o juízo deverá abrir às partes prazo comum de oito dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e dos valores objetos da discordância, sob pena de preclusão.

verifica-se que está/ão correta/s

A) I, II e III.
B) II e III, apenas.
C) I e II, apenas.
D) III, apenas.
E) I, apenas.

QUESTÃO 45

O Município X contratou, sem prévio procedimento de licitação, reconhecido escritório de advocacia Y para o patrocínio de processos judiciais comuns e corriqueiros, em auxílio aos servidores públicos lotados em sua procuradoria jurídica, sem declinar em procedimento interno as justificativas pelas quais não realizou a licitação, lastreado na reputação dos advogados da sociedade advocatícia contratada.

Dadas as afirmativas acerca do caso hipotético,

I. A contratação é lícita por ser hipótese de inexigibilidade de licitação, consistente na contratação de serviço técnico especializado de natureza, predominantemente, intelectual, prestado por profissionais ou empresas de notória especialização, voltado ao patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas.

II. A contratação é ilícita e o contrato é nulo, uma vez que a inexigibilidade de licitação deve ser devidamente justificada com a demonstração de que os serviços possuem natureza singular e com a indicação dos motivos pelos quais se entende que o profissional detém notória especialização.

III. A eventual declaração de nulidade do contrato administrativo em questão opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos, mas não exoneraria o Município X do dever de indenizar o escritório de advocacia Y pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável por má-fé ou por haver o escritório contratado concorrido para a nulidade.

IV. O escritório de advocacia Y pode subcontratar outros escritórios e profissionais de advocacia para auxiliá-lo na execução do contrato administrativo do Município X, substabelecendo os poderes que lhe foram outorgados na forma da legislação processual, como forma de prestar um serviço com maior eficiência à administração pública contratante.

verifica-se que estão corretas apenas

A) I e III.
B) II e III.
C) II e IV.
D) I, II e IV.
E) I, III e IV.

QUESTÃO 46

Dadas as afirmativas a respeito do poder hierárquico e do poder de polícia,

I. O poder hierárquico confere à administração pública a capacidade de ordenar, de coordenar, de controlar e de corrigir as atividades administrativas no âmbito interno da administração, decorrendo dele, assim, o dever de obediência à execução de ordens superiores, exceto as manifestamente ilegais, a fiscalização e a revisão dos atos praticados pelos agentes de nível hierárquico inferior e a possibilidade de delegação e avocação de competências por parte dos agentes públicos.

II. O poder de polícia é indelegável aos particulares, incluindo-se os atos materiais prévios ou sucessivos a ele, sob pena de quebra do princípio da igualdade, pois, do contrário, estar-se-ia permitindo a um particular o poder de limitar a liberdade ou a propriedade de outro particular.

III. O poder de polícia é, em regra, discricionário e tem como atributos a autoexecutoriedade e a coercibilidade, de maneira que a administração pública independe de prévia autorização judicial para executar e impor os atos administrativos necessários ao seu exercício, sujeitos estes, contudo, ao controle da própria administração pública no exercício da autotutela ou do poder judiciário por razões de ilegalidade.

IV. Embora consensualmente reconhecido pela doutrina e pela jurisprudência, o poder de polícia não possui previsão legal expressa no direito brasileiro, sendo extraído a partir da supremacia do interesse público sobre o interesse particular, com o fito de prevenir ou obstar atividades contrárias ou nocivas aos interesses coletivos e sociais.

verifica-se que estão corretas apenas

A) II, III e IV.
B) I, II e III.
C) II e IV.
D) I e IV.
E) I e III.

QUESTÃO 47

Dadas as afirmativas a respeito das licitações, dos contratos e dos convênios administrativos,

I. Considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da administração pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, prescindíveis à denominação utilizada e à formalidade preconizada em lei.

II. Convênio é o acordo, o ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos orçamentos fiscal e da seguridade social da União e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, do outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando à execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.

III. As obras, os serviços, inclusive de publicidade, as compras, as alienações, as concessões, as permissões e as locações da administração pública, quando contratadas com terceiros, serão, necessariamente, prescindidos de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas na Lei de Licitações em vigor.

IV. A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da administração pública depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, observando-se que, assinado o convênio, a entidade ou o órgão repassador dará ciência desse convênio à Assembléia Legislativa ou à Câmara Municipal respectiva.

verifica-se que está/ão correta/s

A) I, II, III e IV.
B) I, II e III, apenas.
C) III e IV, apenas.
D) II e IV, apenas.
E) I, apenas.

QUESTÃO 48

Faz parte do planejamento e corrobora com a responsabilidade fiscal a ação do administrador público de:

I. estabelecer critérios para a limitação de empenhos públicos;

II. limitar condições e exigências para a transferência de recursos entre as entidades públicas e privadas;

III. estabelecer normas em dissonância com o controle de custos públicos.

Dos itens, verifica-se que está/ão correto/s

A) I, II e III.
B) I e II, apenas.
C) III, apenas.
D) II, apenas.
E) I, apenas.

QUESTÃO 49

Dadas as afirmativas relativas às limitações administrativas e à improbidade administrativa,

I. As limitações administrativas podem ser definidas como medidas de caráter geral, previstas em lei, com fundamento no poder de polícia do Estado, gerando para os proprietários obrigações positivas ou negativas, com o fim de condicionar o exercício do direito de propriedade ao bem-estar social.

II. Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, não houver participação e benefícios diretos, caso em que não responderão nos limites da sua participação.

III. As limitações administrativas não prescindem do fundamento ancorado no poder de polícia.

IV. A ação por improbidade administrativa é repressiva, de caráter sancionatório, destinada à aplicação de sanções de caráter pessoal previstas na Lei de Improbidade Administrativa, e não constitui ação civil de natureza reparatória, permitido o seu ajuizamento para o controle de legalidade de políticas públicas e para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.

verifica-se que estão corretas

A) I e III, apenas.
B) I e IV, apenas.
C) II e III, apenas.
D) II e IV, apenas.
E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 50

Dadas as afirmativas quanto à interrupção, à suspensão e à cessação do contrato de trabalho,

I. O afastamento previdenciário do empregado, por motivo de doença, desde o primeiro dia, constitui hipótese de suspensão do contrato de trabalho.

II. Na hipótese do descumprimento das obrigações do contrato por parte do empregador, poderá o empregado pleitear a rescisão de seu contrato de trabalho e o pagamento das respectivas indenizações, permanecendo ou não no serviço até o final da decisão do processo.

III. A rescisão do contrato de trabalho decorrente da paralisação ou suspensão das atividades empresariais determinada por ato de autoridade municipal, estadual ou federal para o enfrentamento de estado de calamidade pública e de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus acarreta na configuração do fato do príncipe previsto no art. 486 da CLT, ficando a cargo do governo responsável o pagamento da respectiva indenização rescisória.

verifica-se que está/ão correta/s

A) I, II e III.
B) II e III, apenas.
C) I e III, apenas.
D) II, apenas.
E) I, apenas.

QUESTÃO 51

Quanto à improbidade administrativa, Lei nº 14.230/2021 e Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que

A) a pena de perda da função por ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário por qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades abrangidas pela Lei de Improbidade Administriva pode atingir o vínculo de mesma qualidade e natureza que o agente público ou político detinha com o poder público à época do cometimento da infração, como ainda ser estendido aos demais vínculos, consideradas as circunstâncias do caso e a gravidade da infração.

B) a partir da Lei nº 14.230/2021, passou-se a exigir a comprovação do dolo, como a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado na Lei de Improbidade Administrativa, revogando-se a modalidade culposa do ato de improbidade administrativa, e, por ser norma mais benéfica, retroage para incidir aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior, quer exista ou não decisão definitiva com o trânsito em julgado.

C) considerando que uma das garantias fundamentais estabelecidas na Constituição da República é a de que nenhuma pena passará da pessoa do condenado, o sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente não estão sujeitos à obrigação de repará-lo.

D) segundo o Supremo Tribunal Federal, a Constituição Federal, ao assegurar ao Ministério Público a competência para ajuizar as ações por atos de improbidade administrativa, não exclui a legitimidade dos entes públicos lesados para ajuizar esse tipo de ação.

E) segundo o Supremo Tribunal Federal, as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa prescrevem nos prazos estabelecidos para aplicação das sanções na respectiva legislação.

QUESTÃO 52

A respeito do termo de conciliação homologado judicialmente no processo do trabalho, é correto afirmar que

A) a decisão que o homologa faz coisa julgada material passível de impugnação por ação rescisória.

B) a decisão que o homologa pode ser objeto de recurso ordinário por qualquer das partes consignatárias do acordo.

C) o juízo não poderá recusar a homologação do acordo firmado entre as partes, sendo direito líquido e certo destas a sua homologação judicial.

D) a decisão que o homologa é irrecorrível, tanto para as partes que entabularam o acordo quanto para terceiros, incluindo-se a previdência social em relação às contribuições previdenciárias que lhe forem devidas.

E) a decisão que o homologa faz coisa julgada formal, de maneira que celebrado o acordo em que o empregado dá plena e ampla quitação, sem qualquer ressalva, não obstará o ajuizamento de uma nova ação trabalhista para a discussão de parcelas do extinto contrato de trabalho.

QUESTÃO 53

Dadas as afirmativas relativas ao Ministério Público e à Advocacia Pública,

I. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas, sendo-lhes assegurada a estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.

II. A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

III. O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.

IV. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quinze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

verifica-se que está/ão correta/s

A) IV, apenas.

B) I e III, apenas.

C) II e IV, apenas.

D) I, II e III, apenas.

E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 54

Dados os princípios da seguridade social,

I. Universalidade da cobertura, mas não do atendimento.

II. Diferenciação dos benefícios e serviços entre as populações urbanas e rurais.

III. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

IV. Redutibilidade do valor dos benefícios e equidade na forma de participação no custeio.

verifica-se que está/ão correto/s

A) III, apenas.

B) I e IV, apenas.

C) II e IV, apenas.

D) I, II e III, apenas.

E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 55

Dadas as afirmativas a respeito da seguridade social,

I. São de relevância pública as ações e os serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou por meio de terceiros e, também, por pessoa jurídica de direito privado, não abragendo a pessoa física.

II. A previdência social será organizada sob a forma de Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, prescindíveis os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

III. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

IV. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, além de outras fontes, e organizadas com base na descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal, e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como as entidades beneficentes e de assistência social; e na participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

verifica-se que está/ão correta/s

A) I, II, III e IV.
B) I, II e III, apenas.
C) III e IV, apenas.
D) I e II, apenas.
E) IV, apenas.

QUESTÃO 56

Dadas as afirmativas a respeito dos bens públicos,

I. Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar, ao passo que os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei; mas tanto uns quanto os outros podem ser afetados e desafetados, conforme passem a se vincular ou a se desvincular a um fim público correspondente.

II. São características dos bens públicos a inalienabilidade, a impenhorabilidade, a imprescritibilidade e a impossibilidade de oneração.

III. A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção, mas passível de indenização por acessões e benfeitorias, se o ocupante estava de boa-fé.

verifica-se que está/ão correta/s

A) I, II e III.
B) I e II, apenas.
C) III, apenas.
D) II, apenas.
E) I, apenas.

QUESTÃO 57

A respeito da prescrição, é correto afirmar que

A) a pretensão quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em cinco anos para trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho, ressalvada a pretensão quanto ao recolhimento de valores do FGTS, a qual prescreve no prazo de trinta anos.

B) em se tratando de pretensão que envolva pedido de prestações sucessivas decorrentes de alteração ou descumprimento do pactuado, a prescrição é total, inclusive quando o direito à parcela estiver, também, assegurado por preceito de lei.

C) a prescrição não se interrompe pelo ajuizamento de reclamação trabalhista quando esta vier a ser extinta sem resolução do mérito, em virtude do arquivamento do processo motivado pela ausência do empregado reclamante à audiência.

D) o prazo prescricional aplicável aos créditos resultantes das relações de trabalho não se aplica às ações que tenham por objeto anotações para fins de prova junto à Previdência Social.

E) em se tratando de pretensão que envolva pedido de prestações sucessivas decorrentes de alteração ou descumprimento do pactuado, a prescrição é parcial.

QUESTÃO 58

Dadas as afirmativas quanto à organização e à competência da Justiça do Trabalho,

I. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluindo-se os vínculos de natureza jurídico-estatutária mantidos entre o poder público e seus servidores.

II. A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.

III. A competência da Justiça do Trabalho prevista no art. 114, VIII, da Constituição Federal alcança a execução de ofício das contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir e dos acordos por ela homologados.

IV. Compete à Justiça Estadual processar e julgar a ação de cobrança ajuizada por profissional liberal contra cliente.

verifica-se que está/ão correta/s

A) I, II, III e IV.
B) II, III e IV, apenas.
C) I e III, apenas.
D) I e II, apenas.
E) IV, apenas.

QUESTÃO 59

Quanto ao incidente de desconsideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa correta.

A) A instauração do incidente suspenderá o processo, sendo vedada a prática de qualquer ato processual, inclusive a concessão de tutela de urgência de natureza cautelar de que trata o art. 301 do Código de Processo Civil.

B) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica é incompatível com o processo do trabalho, por violar os princípios da celeridade e da efetividade da execução trabalhista.

C) Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente, na fase de execução, caberá agravo de petição, independentemente de garantia do juízo.

D) Sempre que requerida a desconsideração da personalidade jurídica, ainda que na petição inicial, deverá ser instaurado o correspondente incidente processual.

E) Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente, na fase de conhecimento, caberá agravo de instrumento.

QUESTÃO 60

Dadas as afirmativas quanto à relação jurídico-administrativa e à teoria do órgão,

I. O princípio é um mandamento nuclear de um sistema que se irradia sobre diferentes normas, sendo o regime jurídico administrativo construído a partir de dois grandes princípios implícitos – supremacia do interesse público sobre os interesses privados e indisponibilidade do interesse público –, com a observância de cinco princípios constitucionalmente expressos – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

II. Os órgãos públicos não existem por si, mas em razão de integrarem uma pessoa jurídica, de maneira que não têm personalidade jurídica e não podem demandar ou serem demandados em juízo, ainda quando necessitarem defender em juízo suas próprias atribuições e prerrogativas.

III. Quanto à estrutura, os órgãos públicos podem ser simples ou compostos, sendo os primeiros caracterizados como um único centro de competência, a exemplo de uma escola pública ou delegacia de polícia, enquanto que os segundos são integrados por diversos centros de competência, a exemplo dos ministérios federais e secretarias estaduais e municipais.

verifica-se que está/ão correta/s

A) I, II e III.

B) I e III, apenas.

C) III, apenas.

D) II, apenas.

E) I, apenas.

PROVA DISCURSIVA

INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES

- A Prova Discursiva consiste em:
  - **a)** 1 (uma) questão discursiva de Direito Constitucional e/ou Direito Administrativo; e
  - **b)** 1 (uma) questão discursiva de Direito Processual Civil.
- Para cada questão o/a candidato/a deverá redigir, no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas.
- O/A candidato/a que não obedecer ao limite mínimo e máximo de linhas será penalizado em 0,5 (meio) ponto por linha.
- As Folhas de Respostas Definitivas da Prova Discursiva não poderão ser assinadas ou rubricadas, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que as identifique, sob pena de anulação da Prova Discursiva. A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará anulação da Prova Discursiva, sendo atribuída nota zero ao/à candidato/a.
- As folhas para rascunho são de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma, os rascunhos serão considerados na correção.
- A Prova Discursiva deverá ser manuscrita em letra legível. A ilegibilidade da letra poderá acarretar prejuízo à nota do/a candidato/a.
- Durante a realização da Prova Discursiva, não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os/as candidatos/as, ou a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Na avaliação da Prova Discursiva, serão considerados como critérios de correção:
  - a) o acerto das respostas dadas e o grau de conhecimento do tema – 50% do total de pontos;
  - b) a fluência e a coerência da exposição – 10% do total de pontos;
  - c) aspectos textuais e linguísticos – 30% do total de pontos;
  - d) a precisão da linguagem jurídica – 10% do total de pontos.

QUESTÃO 1

O Município X, com o propósito de organizar a atividade profissional de motociclistas em suas vias públicas, editou lei por meio da qual estabeleceu regras para o exercício das profissões de motoboy, mototaxista e motociclista de aplicativo, dentro dos seus limites territoriais, com requisitos para o profissional se habilitar e se credenciar junto ao órgão municipal competente, definindo as atividades privativas e proibitivas para essas profissões, dispondo sobre modelos de veículos, equipamentos e condutas no trânsito que os profissionais deveriam observar no desempenho de suas atividades, além de delimitar número de passageiros, limite de horas de trabalho na condução dos veículos e número máximo de autorizações a serem concedidas pela municipalidade, de acordo com o critério de distribuição de pontos pela cidade, em que a maior quantidade estava destinada às empresas prestadoras de serviços correlacionados às atividades dessas profissões.

Considerando essa situação hipotética, à luz da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, discorra sobre os seguintes aspectos:

a) Compatibilidade da legislação municipal com a disciplina constitucional de competência dos entes federativos.

b) Controles difuso e abstrato de constitucionalidade da legislação municipal e as possibilidades de parâmetros de controle (Lei Orgânica, Constituição Estadual e Constituição Federal).

FOLHA DE RASCUNHO – QUESTÃO DISCURSIVA 1

QUESTÃO 2

Um ex-servidor público municipal, ajuizou ação perante o juízo competente pleiteando antecipação de medida liminar, em face de decisão de comissão de PAD que opinou pela sua demissão a bem do serviço público, em virtude de prática de falta grave disciplinar, a qual foi ratificada em decisão fundamentada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal. Por sua vez, o magistrado concedeu-lhe a medida liminar de antecipação dos efeitos de tutela de mérito, e determinou a imediata reintegração do autor com o correspondente adimplemento de seu subsídio, sob pena de pagamento de multa diária no importe de R$ 500,00, limitada até o montante de R$ 10.000,00 em desfavor da edilidade, a ser revertida em benefício do autor da ação.

Diante dessa situação hipotética, discorra sobre os aspectos evidenciados nos seguintes questionamentos.

a) Quais os recursos cabíveis para a fazenda pública municipal buscar a suspensão dessa decisão?

b) Qual a defesa de mérito que poderá ser utilizada?

c) Quais os prazos processuais tanto para a suspensão da medida liminar quanto para a defesa de mérito da edilidade?

FOLHA DE RASCUNHO – QUESTÃO DISCURSIVA 2

ATENÇÃO!

O/A **candidato/a** está **proibido/a** de **destacar** esta folha com o **gabarito**, sob pena de **eliminação** do processo. Somente o/a **Fiscal de Sala** está autorizado/a a fazer isso no momento da saída do/a candidato/a em definitivo do Local de Prova.

Gabarito do/a Candidato/a

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

EDITAL Nº 001/2022 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO

6.1 A COPEVE/UFAL divulgará o gabarito preliminar, juntamente com as Provas Objetivas, no endereço eletrônico www.copeve.ufal.br, na data provável especificada no **Anexo III**, a partir das 21h00.

GABARITO OFICIAL

www.copeve.ufal.br

REALIZAÇÃO

UFAL

www.ufal.edu.br

COPEVE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Você confia no resultado!

www.copeve.ufal.br

FUNDEPES
Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa

www.fundepes.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO